

Pensamento político de Gramsci e processos formativos de classe

Maria Lídia Souza da Silveira – Professora titular aposentada da ESS/UFF

Resumo

O trabalho em questão pretende dar visibilidade aos nexos que podem ser feitos entre o pensamento político de Antonio Gramsci – a partir das interpelações e das lutas concretas postas no seu tempo histórico – e os processos de formação humana e política, absolutamente centrais nos processos consciência, organização e de lutas das classes trabalhadoras numa perspectiva de emancipação humana posta por Marx.

O pano de fundo que dá materialidade à reflexão posta diz respeito a experimentos formativos concretos das classes trabalhadoras no interior da formação social capitalista. Que dialogará com dois elementos presentes no pensamento gramsciano que, mesmo portadores de natureza e sentidos distintos, se inter-cruzam nos limites do texto ora apresentado. O primeiro elemento é o da Cultura, não apartada da base material e da dinâmica da luta de classes, com potencialidade, segundo Gramsci, de dar sentido e significados às ações humanas. Gramsci vai revelando que as formas de dominação atravessam os processos de consciência, se internalizam, se transmutam de mecanismos ideológicos das classes dominantes em explicação que dá um sentido à vida dos trabalhadores. Portanto, a cultura em questão implica em capacidade de dominar-se a si mesmo, disciplinar-se, estabelecer um projeto político. É a capacidade de elaboração que cada um possa formar da realidade. Por isso, para ele, todos os homens são intelectuais, no sentido de que têm a capacidade de julgar a realidade e de elaborá-la. Nesse sentido, como a Cultura da Classe pode tornar-se hegemônica? Como pensá-la em termos do proletariado? Gramsci vai afirmar que necessário é se fazer, ainda sob o domínio burguês, a luta por uma direção intelectual e moral que vai preparar a liberdade política. Para ele, a liberdade capitalista é anti-trabalhadora. É a liberdade de comprar a mercadoria Força de Trabalho e extrair mais valia. É a liberdade da falsa igualdade. Um outro projeto de vida e uma outra visão de mundo são absolutamente essenciais para a humanidade. E nesse processo de construção do projeto de classe, a formação política é fundamental para o movimento operário e para as classes trabalhadoras em geral.

O outro elemento a ser privilegiado diz respeito a uma pequena incursão em torno da experiência histórica dos Conselhos Operários. Há que considerar o contexto histórico deste período: a Itália saindo da guerra e a presença de um conjunto de contradições no

seu interior, desde o campo em reviravolta, com os camponeses tomando e ocupando terras, aos problemas organizativos no interior da classe operária que tinham a ver com a perspectiva dos sindicatos no que tange á luta de classes bem como o tipo de inserção da Central e do Partido Socialista nos processos de lutas postas. Para Gramsci se está a operar uma cisão artificial entre economia e política. Uma cisão que o mundo burguês faz e que o movimento sindical acaba por aceitar, acatando as condições de existências como estão postas na ordem burguesa.

É neste quadro que vão ocorrer as lutas de 1919 - 1920, o biênio vermelho. E estas lutas só podem ser entendidas a partir do plano de fundo da Revolução Soviética. Gramsci considerava que o processo de guerra civil na Rússia, de destruição de quadros qualificados, do surgimento da burocracia entre os bolcheviques, de destruição do proletariado como classe dirigente, enfim estas dimensões estavam presentes em Gramsci ao pensar os desafios de uma possível revolução na Itália. Ao pensá-los, Gramsci compreendia que subtrair o proletário à organização capitalista era essencial . O que implicaria em proceder enorme processo de transformação cultural a implicar na liquidação da disciplina capitalista na produção, instaurando uma nova forma de disciplina, uma nova forma de democracia, uma democracia operária. Democracia Operária que, segundo ele, não se constrói e se resolve após a tomada do poder estatal. A suposição de Gramsci é a de que o Estado Socialista já existe em potência. **A sua existência no conjunto das organizações proletárias é que vai permitir afirmar a democracia operária** –, a partir da compreensão de que se pode articular, o presente e o futuro através da ação cotidiana das classes trabalhadoras.

Há para ele nestas Comissões, um potencial de luta, com capacidade de serem órgãos reais de democracia operária. A ênfase posta está na organização da classe a partir do local de trabalho. Porém numa perspectiva de organização múltipla, desde os Comitês de Bairros à organização dos camponeses. Esta articulação da classe supõe os interesses “dos de baixo”, as experiências reais vividas pelas massas. São portanto, força social expansiva, pois além da dimensão de luta imediata, Gramsci vê também nelas, uma dimensão estratégica.

Penso ser relevante no âmbito das atividades de formação política desenvolvidas hoje, recuperar estes dois aspectos, o da cultura no bojo da luta de classes e da formação de uma consciência de classe ; e o da valorização da história da classe, de seu movimento por

se tornar dirigente - e de sua perspectiva estratégica, ainda que derrotada, de emancipação humana.

Trabalho

A costura metodológica que dará sentido ao presente trabalho diz respeito à forma pela qual Gramsci constrói o seu pensamento que tem uma especificidade importante: o fato de que considera como central a prática política, a inserção ativa nas lutas de seu tempo no sentido de sua transformação radical. Nesse sentido as suas formulações teóricas decorrem das interpelações produzidas por estas lutas e pelo traçado de sentidos e de dimensões estratégicas vinculadas às transformações pró-socialismo no contexto da realidade italiana.

O conteúdo central do texto diz respeito à formação política. Que considerará como referência histórica a experiência dos Conselhos Operários de Turim, e privilegiará em termos de categorias teóricas, a questão do poder dos subalternos - presente no âmbito da reflexão de Gramsci em torno da Democracia Operária-, o senso comum e o bom senso, e a relevância da cultura, em especial o sentido atribuído às associações de cultura na perspectiva de um “campo formativo” das classes subalternas, absolutamente necessário no processo de construção de sua hegemonia.

Gramsci afirma que todos os homens são filósofos, todos elaboram uma certa visão de mundo ainda que repleta do senso comum construído a partir do ordenamento hegemônico. O senso comum – esta visão fragmentada e obscurecida da vida social fundada no ideário e concepção de mundo hegemônica socialmente -, é ponto de partida essencial para qualquer mudança no processo de consciência. Considerar a sua presença e ação real na constituição da forma como a vida social é elaborada, vendo-o como ponto de partida para uma reflexão possível sobre o mundo e que pode permitir a passagem para o bom senso - a implicar na compreensão da realidade a partir de um ponto de vista crítico – podendo resultar, portanto, em construção de sentidos para a vida individual e social.

Este transito supõe a adoção para Gramsci da filosofia da Práxis - o marxismo -, e portanto, “a superação do modo de pensar existente, acima de tudo como crítica ao senso comum” (Gramsci, 1981:34).

Como ressalta Edmundo Dias (1984), este processo não é apenas o de dar a voz a quem não tem voz. Pois quem dá voz, dá a sua voz. Trata-se de construir a ruptura da população, dos simples, nos termos de Gramsci, com o senso comum.

Nessa direção, outro elemento essencial no processo de constituição de uma subjetividade densa é o da construção da personalidade, no sentido do homem ser senhor de si mesmo, dono de si mesmo. Processo que envolve entendimento, vontade e ação concretas, assentadas numa base material real conformadora da superestrutura, e no universo da cultura. Cultura não apartada da base econômica e da organização política. Um tipo singular de cultura que ainda que se apresente no seu viés de subalternidade, contém um campo de constituição de novas possibilidades humanas e sociais que podem conformar rupturas, contribuindo na constituição de uma outra hegemonia.

Para Antonio Gramsci a cultura vai possibilitar aos seres humanos a atribuição de significados às suas ações. O que implica em conhecimento de si mesmo, em distinguir-se e diferenciar-se dos demais sujeitos individuais e, igualmente, dos projetos de classe. Para Gramsci a cultura é sinônimo de “*organização, disciplina do eu interior, posse da própria personalidade(..)*, e implica em “*conquista de uma consciência superior, mediante a qual se atinge a compreensão do nosso próprio valor histórico, de nossa função na vida, de nossos próprios direitos e deveres*”. (Gramsci:1978:83)

Portanto para Gramsci a Cultura implica em capacidade de dominar-se a si mesmo, disciplinar-se, estabelecer um projeto político. A cultura não é um conjunto de informações. É a capacidade de elaboração que cada um possa formar da realidade. Por isso, para ele, todos os homens são intelectuais, no sentido de que têm a capacidade de julgar a realidade e de elaborá-la.

O desafio que está posto para as classes subalternas inscritas na ordem burguesa é o de fazer, ainda sob o domínio burguês, a luta por uma direção intelectual e moral que vai preparar a liberdade política. E esta possibilidade tende a se afirmar na medida em que são constituídos campos coletivos, espaços de constituição da classe, no interior dos quais podem ser tecidos valores, idéias, práticas importantes na conformação de uma concepção de mundo das classes subalternas com capacidade de se contrapor à visão utilitarista, de curto prazo, fundada no auto-centramento dos sujeitos, na competição, na ausência de solidariedade, na exploração, em síntese, na lógica mercantil que preside a vida sob o capitalismo.

Portanto, investir nesse campo coletivo de conformação de um nós, classe, pode vir a potencializar nos sujeitos humanos, outros anseios de convivência humana, nova sociabilidade, fundados em outros valores de humanização e não de exploração.

Os Conselhos Operários - seu significado de exercício do poder operário, de necessária preparação para a administração do Estado Socialista.

Abordar nos limites deste texto a experiência dos Conselhos de Fábrica tem exatamente o sentido de recuperar, a partir das formulações de Gramsci, a dimensão de organização, disciplina, responsabilidade frente aos deveres que cabem às classes subalternas e que é vivida concretamente pelos trabalhadores, a implicar no necessário exercício de ser classe dirigente, experimentando o poder e a democracia operárias.

Gramsci compreendia que as classes trabalhadoras só teriam a condição de gerenciar o seu Estado se fossem capazes de se reconstruírem a si mesmas e, ao mesmo tempo, dar sentido e força política às instituições, especialmente neste tempo histórico, aos Conselhos.

Vale lembrar que a classe operária italiana vivia vários problemas ligados à seu processo de organização, luta e consciência e que tinham relação com a perspectiva dos sindicatos no que tange à luta de classes, restringindo ao caráter corporativo o alcance das lutas concretas travadas, desvinculando-as do sentido político nelas presentes. Também o Partido Socialista não vinha assumindo a sua vinculação efetiva com os trabalhadores, não atuando como elemento de coordenação e politização das lutas. Gramsci compreende que em verdade estas duas organizações estão a operar uma cisão artificial entre economia e política. Uma cisão que o mundo burguês faz e que o movimento sindical e o partido incorporam via ação equivocada e/ou omissão.

As conjunturas italiana e internacional também eram consideradas por Gramsci: o fato de a Itália estar saindo da 1ª guerra e de se fazerem presentes no seu interior um conjunto de contradições, entre elas a situação dos camponeses que ocupavam terras, ocasionando reviravolta no campo, era um aspecto importante a ser considerado.

Do ponto de vista internacional, a Revolução Russa e a articulação internacional dos trabalhadores era uma realidade e uma referência política fundamental no que se referia especialmente à capacidade que as classes trabalhadoras tiveram de empreender a revolução.

Nesse contexto Gramsci desde dezembro de 1917 em Turim, já dizia que “ali os proletários querem governar”, se opondo a dirigentes do Partido Socialista no sentido de afirmar da necessidade de uma “associação cultural” que fixasse objetivos de classe, articulando as dimensões econômica e política.

É neste quadro que vão ocorrer as lutas de 1919 e 1920, o **biênio vermelho**. E estas lutas só podem ser entendidas a partir do plano de fundo da Revolução Soviética. Gramsci considerava que o processo de guerra civil na Rússia, de destruição de quadros qualificados, do surgimento da burocracia entre os bolcheviques, de destruição do proletariado como classe dirigente, enfim estas dimensões estavam presentes ao pensar os desafios de uma possível revolução na Itália. Compreendia ser essencial subtrair o proletariado à organização capitalista. O que significava **investir e atuar num enorme processo de transformação cultural a implicar na liquidação da disciplina capitalista na produção, instaurando uma nova forma de disciplina, uma nova forma de democracia, a democracia operária.**

Para Gramsci esta democracia não é algo que se constrói e se resolve após a tomada do poder estatal. Sua suposição é a de que o Estado Socialista já existe em potência. A sua existência no conjunto das organizações proletárias é que vai permitir afirmar a democracia operária – , a partir da compreensão de que se pode articular, unir o presente e o futuro através da ação cotidiana das classes trabalhadoras.

No caso italiano estas organizações de base dessa democracia em constituição eram o Partido Socialista e a CGT (Confederação Geral do Trabalho), organizações que estavam com dificuldades em coordenar as forças da classe. Daí a importância das **Comissões Internas das Fábricas**, com a capacidade de agregar a maioria da classe, organizá-la disciplinadamente, atingindo os trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados. Haveria para ele nestas Comissões, um potencial de luta, com capacidade de serem órgãos reais de democracia operária, espaços organizativos que ultrapassariam as lutas imediatas e teriam uma dimensão estratégica.

Gramsci também visualiza um núcleo amplo de instituições – o Comitê de Bairros, por exemplo -, com a função de coordenar os trabalhadores não proletários sob a direção dos Conselhos, numa perspectiva de ligadura das diferenciadas forças que compunham as classes trabalhadoras.

A palavra de ordem “Todo poder da fábrica aos **Conselhos**” e “todo poder do Estado aos Conselhos Operários e Camponeses” dá concretude à sua concepção de ditadura do proletariado, como “campo real de instauração de um novo Estado”.(Gramsci, Escritos Políticos I :339).

A sua implantação tem como base a análise de uma crise revolucionária, aberta pelo imperialismo, que estaria levando camponeses e operários a lutas. Lutas que corriam o perigo de um espontaneísmo anarquizante e que precisavam afirmar uma

dimensão construtiva: a de aliança entre operários e camponeses para lutar por um novo Estado.

A perspectiva do Conselho, portanto, diz respeito à organização da classe pelo local de trabalho. É um movimento múltiplo que deve despontar sempre **de baixo**, a partir da **experiência das massas**.

As Comissões Internas das fábricas deveriam ultrapassar o nível reivindicativo transformando-se em organismos de exercício democrático do poder.

Podemos ver aí duas influências teóricas presentes em Gramsci: de Marx – a autonomia dos produtores – e de Lenin, os Conselhos como órgão do poder político dos operários e camponeses.

Para ele os operários são uma força social expansiva, alternativa concreta de organização. E de nova civilização.

Os Conselhos, ao unificarem as lutas do conjunto das classes subalternas, repõem a tarefa concreta e política da hegemonia: organizar e unificar a classe para que através de sua própria experiência, adquira consciência dos deveres de acesso ao poder do Estado.

Ainda que derrotada – a revolução italiana abortada – os Conselhos tiveram para Gramsci o sentido maior de exercício de um processo de educação do poder no interior da fábrica, ampliado para os demais espaços de vida e organização das classes subalternas, os bairros, o campo, etc.

Portanto, as questões principais postas por Gramsci diziam respeito: à constatação da continuidade do modo de produção capitalista e do imperialismo; e, nesse sentido, a necessidade da revolução se impunha na qualidade de uma ruptura com a instituída lógica de produção de mercadorias; e, ao mesmo tempo, constituiria uma forma nova de organização da vida social, emancipada, e que tomava como base a realidade dos verdadeiros produtores. Está a afirmar também que as classes subalternas – organizadas e unificadas em torno de um projeto emancipatório tem ainda a função de construir uma nova hegemonia, organizando a partir ainda da ordem burguesa, o Estado Socialista.. O que significa efetivar a ligação entre o presente e o futuro. A esse respeito diz Gramsci: “Ligar entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las em uma hierarquia de competências e de poderes, centralizando-as fortemente, ainda que respeitando-lhes as necessárias autonomias e competências, significa desde já criar uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado Burguês(...)”(Gramsci, 1977:87)

A imperiosa necessidade de constituir uma nova hegemonia repõe a exigência de investimentos efetivos na construção de espaços da classe, onde esta possa exercitar a passagem do senso comum ao bom senso, onde possa debater transigentemente as distintas questões que compõem a sua vida, onde possa refletir sobre os seus processos de organização e luta, portanto, espaços de exercício de sua formação humana e política.

Ações formativas que permitam que o real, reificado a partir da lógica mercantil, seja questionado através da utilização de instrumentos teóricos de compreensão do ordenamento hegemônico, o que implica em ultrapassagem da aparência dos fenômenos vividos e apreensão das causas e nexos que estruturam os acontecimentos.

. Deve-se insistir sobre o fato, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a “força das coisas”, mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc. Mas quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanismo revela-se em certo ponto um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo de ser social. Os limites e o domínio da “força das coisas” são restringidos. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista;(...)
(Gramsci,1977:186)

Neste quadro, o investimento em processos de formação política adquire centralidade absoluta, condição para que outro projeto societário possa ser implementado.

Gramsci (1982) auxilia na junção de outros componentes de análise, ao destacar que uma nova civilização só teria condições de se afirmar, através da presença na história das classes apartadas continuamente do poder político e do efetivo desenvolvimento de suas condições "intelectuais e morais", - as classes subalternas -, o que implicaria na possibilidade de constituição de uma outra forma de sociabilidade, com a marca da emancipação aludida por Marx.

Assim, os experimentos formativos que trafegam na contramão dos processos de apassivização em curso, afirmam a criação de novos sentidos para a compreensão do projeto capitalista, desconstruindo os mecanismos ideológicos garantidores de sua

ininteligibilidade e internalização, sendo absolutamente essenciais na constituição das possibilidades de ser gestada uma outra perspectiva hegemônica.

Por sua vez, na medida em que estes experimentos formativos não estão desconectados de ações concretas com visibilidade na conjuntura, a construção destes sentidos funcionam também no território de embate das distintas racionalidades postas na vida social, com capacidade de potencializar os esboços de um outro projeto societário numa perspectiva anti-capitalista, o que significa apostar concretamente numa ordem humana emancipadora.

Diria que a materialização real dos processos de formação que, de fato, acolhem os sujeitos a partir de suas capacidades, das leituras que fazem fundadas majoritariamente no senso comum socialmente produzido, da disponibilização metodológica e teórica de elementos confrontadores do real no sentido de que estes possam por eles serem apropriados de tal forma que lhes possibilita a efetivação de suas próprias sínteses, pessoais e políticas, este conjunto diversificado de fatores é que poderá criar as condições subjetivas de instituição, presença e circulação social deste novo projeto. Mas todo este conjunto não pode prescindir de uma perspectiva estratégica, o Estado Socialista, nos termos de Gramsci, que carecerá na sua afirmação concreta de elementos reais, no presente, de uma nova hegemonia.

Esta possibilidade repõe com qualidade nova o lugar das classes trabalhadoras em termos de sua efetiva participação e, mais que isto, sinaliza para a importância do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade, com capacidade de fecundar as possíveis ações políticas.

Bibliografia

BIANCHI, Alvaro . **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim**.- a construção do conceito de Hegemonia. São Paulo: Xamã: 2000.

_____ **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI. **Concepção Dialética da História**. , tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

_____ **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____ **Escritos Políticos, Volumes I e II**. Lisboa: Seara Nova, 1977

_____ .**Cadernos do Cárcere**. Vol 1 e 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

SILVEIRA, Maria Lúcia.. “Produção de sujeitos, apassivização de campos coletivos e constituição de horizontes emancipatórios” IN **Presença Ética** –Ética, Política e Emancipação Humana, Revista Anual do GEPE/Pós-Graduação em Serviço Social, ano II, n°2, novembro de 2002.

STACCONE, Giuseppe. **Gramsci, 100 anos de Revolução e Política**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.